

Duas tendências da moderna economia brasileira: estatismo e desnacionalização

R. A. AMARAL VIEIRA
da Universidade Gama Filho

SUMARIO: 1. Introdução. 2. Análise às 500 maiores empresas de 1973. 3. Setor editorial e gráfico. 4. Análise por ramo de atividade. 5. O controle da informação pelo Estado. 6. A "crise" e as alternativas brasileiras.

1. INTRODUÇÃO

Em artigo anterior publicado nesta revista (**O intervencionismo brasileiro; raízes históricas e perspectivas (ou o estatismo é um determinismo?)**), R.I.L. Ano XI, Número 42), procedemos à análise do comportamento da economia brasileira partindo das diversas seleções de 500 maiores empresas mas dando prioridade às informações da Fundação Getúlio Vargas divulgadas por sua revista **Conjuntura Econômica**. Naquela ocasião, analisamos as classificações relativas aos anos de 1970 a 1972 (divulgadas em 1973). A análise, vale lembrar, demonstrava o crescimento da ação estatal e dos investimentos estrangeiros, praticamente expulsando a intervenção do empresariado privado nacional.

Fazendo permanente remissão aos dados do primeiro artigo, procedemos, agora, à análise das 500 maiores de 1973, segundo os dados revelados em 1974, os últimos disponíveis. Ainda desta vez utilizou-se como fontes a **Conjuntura Econômica** ("As 500 maiores", vol. 28, nº 7), **Visão** ("Quem é quem na economia" agosto de 1974) e **Exame**. Para a identificação do controle acionário (identificação das estrangeiras), continua servindo de fonte a obra **Guia Interinvest (o Brasil e o capital internacional)** de Jean Bernet, edição de 1973.

Os números a seguir arrolados demonstram o agravamento da tendência assinalada anteriormente: o crescimento das atividades estatais, de par com o maior controle da economia nacional por empresas estrangeiras e multinacionais.

Na análise ao estatismo, o presente artigo chama atenção para setor não estudado no ensaio anterior: a área editorial e gráfica. Verificar-se-á a tendência ao esmagamento do empresário nacional e privado. Essas informações são tanto mais graves quanto for possível sua análise de par com o controle que o Estado brasileiro já exerce sobre os meios de informação e comunicação de massa.

2. ANÁLISE ÀS 500 MAIORES DE 1973

Em 1973, dezoito das 40 maiores empresas pertencem ao setor público, 16 a capital estrangeiro e seis a capital privado nacional. Dessas, duas são construtoras (**Construtora Camargo Correa S.A.** e **CBPO — Cia. Brasileira de Projetos e Obras**) e uma empresa de viação Aérea (**VARIG**), portanto, dependentes das encomendas governamentais as duas primeiras, e a outra subsidiada pelo poder público. A primeira empresa de capital privado nacional a figurar nessa lista é a mencionada **Construtora Camargo Correa S.A.**, no 17º lugar, seguindo-se a **VARIG** em 27º, a **Cia. Cervejaria Brahma** em 28º, **S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo** em 37º e finalmente **CBPO Cia Brasileira de Projetos e Obras** no 40º lugar.

Na medida em que aumentamos o número de empresas a examinar decresce a participação do capital privado nacional e, em contrapartida, avultam a participação do capital estrangeiro e do setor público. Já

entre as 50 maiores a disposição dos setores passa a oferecer: Empresas estrangeiras, 22; empresas pertencentes ao setor público, 20; e empresas de capital privado nacional, apenas 8. As duas nacionais a figurar nesse levantamento são a **S.A. Indústria Votorantim** (como a **Indústrias Reunidas Matarazzo**, um conglomerado de empresas), em 41º lugar e **Arthur Lundgren Tecidos S.A.**, esta no 50º lugar. Entre as 60 maiores temos o seguinte quadro: 29 empresas de capital estrangeiro, 22 pertencentes ao setor público e 9 de capital privado nacional. A única nacional dentre essas últimas dez é outra empreiteira, a **Construtora Mendes Júnior S.A.**, detentora do 60º lugar. Composto as 70 maiores, temos: 38 estrangeiras, 23 públicas e permanecem 9 nacionais. Por fim, temos a seguinte composição das 80 maiores: 44 estrangeiras, 24 públicas e 12 nacionais. As últimas nacionais são a **Cia Brasileira de Alumínio** (71º lugar) e a empreiteira **Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A.** Dentre as 12 empresas de capital privado nacional a integrarem a lista das 80 maiores, nada menos de cinco são empresas de construção civil.

A análise das 80 maiores empresas brasileiras em 1972, segundo a classificação da Fundação Getúlio Vargas, associada às informações disponíveis relativas ao controle acionário de cada uma, revela:

- 1 — permanece ocupado pela **Petróleo Brasileiro S.A.**, já analisada a propósito da lista de 1972. Em 1973, seu patrimônio líquido era de **11.936,3** milhões de cruzeiros;
- 2 — em segundo lugar, permanece a **CESP — Centrais Elétricas de São Paulo**, também do setor público. Seu patrimônio líquido, em 1973, era de **12.603,9** milhões de cruzeiros;
- 3 — o terceiro lugar, agora, pertence a outra empresa do setor público, a **ELETRORÁS — Centrais Elétricas Brasileiras**, com um patrimônio líquido de **11.099,2** milhões de cruzeiros;
- 4 — **Light Serviços de Eletricidade S.A.**, empresa estrangeira (v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **6.077,5** milhões de cruzeiros;
- 5 — **EMBRATEL — Empresa Brasileira de Telecomunicações** (setor público), com um patrimônio líquido de **3.543,3** milhões de cruzeiros;
- 6 — **Cia. Vale do Rio Doce** (setor público; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **3.928,7** milhões de cruzeiros;
- 7 — **Furnas Centrais Elétricas** (setor público), com um patrimônio líquido de **2.485,3** milhões de cruzeiros;
- 8 — **Volkswagen Brasil S.A.** (grupo alemão, v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **2.671,3** milhões de cruzeiros;
- 9 — **TELESP — Telecomunicações São Paulo S.A.** (setor público), com um patrimônio líquido de **4.521,0** milhões de cruzeiros;

- 10 — **Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio** (grupo anglo-americano; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.637,9** milhões de cruzeiros;
- 11 — **Cia. Telefônica Brasileira** (setor público), com um patrimônio líquido de **4.076,9** milhões de cruzeiros;
- 12 — **Cia. Siderúrgica Nacional** (setor público), com um patrimônio de **2.194** milhões de cruzeiros;
- 13 — **Ford-Willys do Brasil S.A.** (grupo americano; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.714,4** milhões de cruzeiros;
- 14 — **CHESF — Companhia Hidroelétrica do São Francisco** (setor público), com um patrimônio líquido de **2.200** milhões de cruzeiros;
- 15 — **CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.** (setor público), com um patrimônio líquido de **2.032,2** milhões de cruzeiros;
- 16 — **Pirelli S.A. Cia. Industrial Brasileira** (grupo italiano; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.068,1** milhões de cruzeiros;
- 17 — **Construções Comércio Camargo Correa S.A.**, primeira empresa de capital privado nacional, com um patrimônio líquido de **998,2** milhões de cruzeiros;
- 18 — **TELEBRAS — Telecomunicações Brasileiras S.A.** (setor público), com um patrimônio líquido de **4.123,3** milhões de cruzeiros;
- 19 — **Cia. Siderúrgica Belgo Mineira** (grupo estrangeiro, Luxemburgo; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.052,8** milhões de cruzeiros;
- 20 — **Mercedes-Benz do Brasil S.A.** (grupo alemão; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.106,2** milhões de cruzeiros;
- 21 — **COPEL — Cia. Paranaense de Energia Elétrica** (setor público), com um patrimônio líquido de **1.343,5** milhões de cruzeiros;
- 22 — **Cia. de Força e Luz do Paraná** (setor público), com um patrimônio líquido de **1.348,8** milhões de cruzeiros;
- 23 — **USIMINAS — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais** (setor público; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.780,1** milhões de cruzeiros;
- 24 — **Rhodia Indústrias Químicas e Textéis S.A.** (grupo francês; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.049**, milhões de cruzeiros;
- 25 — **COSIPA — Cia. Siderúrgica Paulista** (setor público), com um patrimônio líquido de **2.457,5** milhões de cruzeiros;

- 26 — **PETROBRÁS Distribuidora S.A.** (setor público; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **578,6** milhões de cruzeiros;
- 27 — **VARIIG S.A. — Viação Aérea Riograndense** (setor privado nacional) com um patrimônio líquido de **689,4** milhões de cruzeiros;
- 28 — **Cia. Cervejaria Brahma** (setor privado nacional) com um patrimônio líquido de **765,9** milhões de cruzeiros;
- 29 — **Cia. Paulista de Força e Luz** (setor público), com um patrimônio líquido de **904,4** milhões de cruzeiros;
- 30 — **Companhia Geral de Motores do Brasil** (grupo americano; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **1.097,5** milhões de cruzeiros;
- 31 — **S.A. Philips do Brasil** (grupo estrangeiro de predominância holandesa; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **482,5** milhões de cruzeiros;
- 32 — **São Paulo Alpargatas S.A.** (grupo argentino; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **424,4** milhões de cruzeiros;
- 33 — **Shell do Brasil S.A. Petróleo** (multinacional de origem anglo-holandesa), com um patrimônio líquido de **775,5** milhões de cruzeiros.

A **Shell** brasileira pertence à multinacional **Royal Dutch-Shell**, reunião dos grupos **Koninklijke Nederlandsche Petroleum Maatschappij N.V. (Royal Petroleum Co.)**, com sede em Haia e **Shell Petroleum Co. Ltd.**, de Londres, constituindo a maior firma do mundo fora dos Estados Unidos. Possui subsidiárias em todos os países da Europa ocidental, Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, Nicarágua, Honduras, Belize, El Salvador, Costa Rica, Bahamas, Antilhas holandesas, Trinidad y Tobago, Colômbia, Venezuela, Peru, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai.

No Brasil, o grupo possui, além da mencionada **Shell Brasil S.A.** as seguintes empresas: **Quimishell — Companhia Brasileira de Produtos Químicos Shell** (Rio de Janeiro); 2. **Mineração Rio Curua Ltda.** (Rio de Janeiro); 3. **Mineração Rio Jauaperi Ltda.** (Rio de Janeiro); 4. **Mineração Rio Cuminá Ltda.** (Rio de Janeiro); 5. **Mineração Rio Irii Ltda.** (Rio de Janeiro); 6. **Mineração Nhamundá Ltda.** (Rio de Janeiro); 7. **Shellcisa Hotéis, Turismo e Diversões Ltda.** (Rio de Janeiro); 8. **Sherrick Administração de Imóveis Ltda.** (Rio de Janeiro); 9. **Sherrick Hotéis, Turismo e Diversões Ltda.** (Rio de Janeiro); 10. **Brasven de Hotéis Ltda.** (São Paulo); 11. **Comércio e Administração de Postos Anhanguera Ltda.** (São Paulo); 12. **Transvale — Transportes e Navegação Ltda.** (Rio de Janeiro) e 13. **Companhia Indústrias Químicas do Nordeste "Ciquine"** (Bahia), neste último caso, apenas participação, minoritária.

- 34 — **Alcan — Alumínio do Brasil S.A.** (grupo canadense; v. análise a 1972), **472,5** milhões de cruzeiros;

- 35 — **Cia. Good-Year do Brasil Produtos de Borracha** (grupo americano; análise a 1972), com um patrimônio líquido de 499 milhões de cruzeiros;
- 36 — **S.A. White Martins** (grupo americano), com um patrimônio líquido de 410,1 milhões de cruzeiros.

A **S.A. White Martins** pertence ao grupo americano **Union Carbide Corporation**, Nova Iorque, segundo fabricante de produtos químicos dos Estados Unidos (foi classificada pela revista **Fortune** de 1972 em 25º lugar dentre as empresas americanas). O grupo possui numerosas subsidiárias no Reino Unido, na França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Áustria, Suíça, Itália, Espanha, Noruega, Suécia, Tailândia, África do Sul, Singapura, Hong Kong, Canadá, México, Panamá, Brasil e associações no Japão.

No Brasil, além da **Sociedade Anônima White Martins**, o grupo controla as seguintes empresas: **Codim — Desenvolvimento de Indústrias Mineiras Ltda.** (Rio de Janeiro); **Mineração Bela Esperança Ltda.** (Rio de Janeiro); **Mineração Pelotas Ltda.** (Rio de Janeiro); **Mineração Ligúria Ltda.** (Rio de Janeiro); **Mineração São Damasso Ltda.** (Rio de Janeiro); **Mineração São Luiz Ltda.** (Rio de Janeiro); **Mineração Midoc Ltda.** (RJ); **Ele-trometalúrgica Saudade Ltda.** (Rio de Janeiro); **Sociedade Anônima White Martins Nordeste** (Candeas, BA); **Platt do Brasil Máquinas Textéis S.A.** (Cruzeiro, S.P.); **Cia. Nacional de Calcários Derivados — CONCAL** (Rio de Janeiro); **Oxigênio "Edy" S.A.** (Rio de Janeiro); **Union Carbide do Brasil S.A. Indústria e Comércio** (SP); **Eletro Manganês S.A.** (Minas Gerais); **Union Carbide Pan America Sociedade Civil Ltda.** (Rio de Janeiro); **Visking do Brasil S.A. Indústria e Comércio** (São Paulo).

- 37 — **S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo** (setor privado nacional), com um patrimônio líquido de 1.193,5 milhões de cruzeiros;
- 38 — **Cia. Antártica Paulista** (setor privado nacional; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de 1.030,9 milhões de cruzeiros);
- 39 — **Nestlé Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares** (grupo sulço; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de 444,8 milhões de cruzeiros;
- 40 — **CBPO — Companhia Brasileira de Projetos de Obras** (setor privado nacional), com um patrimônio líquido de 385,1 milhões de cruzeiros;
- 41 — **S.A. Indústrias Votorantin** (grupo de empresas nacionais), com um patrimônio líquido de 811,2 milhões de cruzeiros;
- 42 — **SABESP — Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo** (setor público), com um patrimônio líquido de 2.977,4 milhões de cruzeiros;

- 43 — **Metal Leve S.A. Indústria e Comércio**, com um patrimônio líquido de **345,2** milhões de cruzeiros. Empresa de capital nacional com a participação acionária de **Ex-CELL-O CORPORATION**, Detroit (Michigan), *Estados Unidos*, fabricante de ferramentas mecânicas, componentes para a indústria aeroespacial etc., incluída pela classificação da **Fortune** (1972) em 374º lugar;
- 44 — **Ericsson Brasil Comércio e Indústria S.A.** (grupo sueco; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **375,5** milhões de cruzeiros;
- 45 — **Esso Brasileira de Petróleo S.A.** (grupo americano; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **527** milhões de cruzeiros;
- 46 — **Cia. Siderúrgica Mannesmann** (grupo alemão; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **394,5** milhões de cruzeiros;
- 47 — **Indústrias Brasileiras Reunidas Philips** (multinacional de capital predominantemente holandês; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **324,5** milhões de cruzeiros;
- 48 — **ICOMI — Indústria e Comércio de Minérios S.A.**, com um patrimônio líquido de **386,9** milhões de cruzeiros. O capital da ICOMI está nominalmente controlado pelo grupo Antunes (51%) e pela **Bethlehem Steel Corporation** (49%), maior produtora americana de aços depois da **United Stateh Steel**. Possui subsidiárias no Canadá, no México, na Venezuela e no Brasil, onde, além da ICOMI, controla ou participa das seguintes empresas: 1. **Bethlehem Brazilian Corporation** (Rio de Janeiro); 2. **Empreendimentos Brasileiros de Mineração** (Rio de Janeiro); 3. **Bruynseel Madeiras S.A. — Brumasa** (Macapá); 4. **Minerações Brasileiras Reunidas S.A.** (Rio de Janeiro); 5. **Aços Anhanguera** (São Paulo); 6. **Oiapoque Ltda.** (Rio de Janeiro); 7. **Utam Universal de Turismo Aéreo e Marítimo Ltda.** (Rio de Janeiro); 8. **Mineração Cabo Orange Ltda.** (Rio de Janeiro); 9. **Mineração Serra do Navio Ltda.** (Rio de Janeiro); 10. **Mineração Amapari Ltda.** (Rio de Janeiro); 11. **Mineração Aporema Ltda.** (Rio de Janeiro); 12. **Mineração Oiapoque Ltda.** (Rio de Janeiro); 13. **Mineração Porto Santana Ltda.** (Rio de Janeiro); 14. **Mineração Campo Verde Ltda.** (Rio de Janeiro); 15. **Mineração Cupi Ltda.** (Rio de Janeiro); 16. **Mineração Cachoeira Grande Ltda.** (Rio de Janeiro) e 17. **Mineração Água Branca Ltda.** (Rio de Janeiro).
- 49 — **Acesita Cia. de Aços Especiais Itabora** (setor público; controle do BNDE), com um patrimônio líquido de **552,1** milhões de cruzeiros;
- 50 — **Arthur Lundgren Tecidos S.A.** (capital privado nacional), com um patrimônio líquido de **301,4** milhões de cruzeiros;
- 51 — **Cia. Vidraria Santa Marina** (grupo francês), com um patrimônio líquido de **389,6** milhões de cruzeiros.

A **Cia. Vidraria Santa Marina**, de São Paulo, ex-Indústrias Reunidas Vidrobrás, é controlada pelo grupo francês **Saint-Gobain-Pont A-Mousson (Neuilly-sur-Seine)**, resultante da reunião dos grupos Saint-Gobain e Pont-à-Mousson que, em conjunto, possui cerca de 100 sociedades lideradas pelos quatro principais **holdings**: a) **Saint-Gobain Industries**; b) **Pont-à-Mousson S.A.**; c) **Société Générale pour l'Emallage** e d) Setor de empresas de construção e prestação de serviços, que controla 15% do total das vendas do grupo. Possui subsidiárias nos Estados Unidos, México e Venezuela. No Brasil, detém o controle ou está associado às seguintes empresas: 1. **S.A. Brasilit** (São Paulo); 2. **Saint-Goban S.A. Indústria e Comércio de Vidros** (São Paulo); 3. **Situbo-Tubos da Amazônia S.A.**; 4. **Cia. Metalúrgica Barbará** (Barra Mansa, Rio de Janeiro); 5. **Vega Engenharia e Comércio S.A.** (Rio de Janeiro); 6. **Sociedade Anônima Mineração de Amianto** (São Paulo); 7. **Aracruz Florestal S.A.** (Rio de Janeiro); 8. **Aracruz Celulose S.A.** (Rio de Janeiro); 9. **Cofermat Cia. de Ferro e Materiais de Construção S.A.** (São Paulo); 10. **Sopemi — Pesquisa e Exploração de Minérios S.A.** (Rio de Janeiro); 11. **Cia. Brasileira de Isolação** (São Paulo); 12. **Cornersol S.A. Indústria e Comércio** (São Paulo); 13. **SAMARCO — Saneamento, Materiais, Reflorestamento e Comércio Ltda.** (Rio de Janeiro); 14. **Engescavo Engenharia de Escavações S.A.** (Rio de Janeiro); 15. **Cia Administradora Santa Suzana** (São Paulo); 16. **Cia Administradora São Lourenço** (São Paulo); 17. **Vidrena — Participações Industriais S.A.** (São Paulo); 18. **Cia Vidraria Santa Marina** (São Paulo); 19. **Vasofflex S.A. Produtos Plásticos** (São Paulo); 20. **Vidraria Industrial Figueras Oliveiras S.A.** (Canoas, RS); 21. **Saint-Goban S.A. Indústria e Comércio de Vidros** (São Paulo); 22. **FERTICAP — Fertilizantes Capuava S.A.** (São Paulo).

- 52 — **General Electric S.A.** (grupo americano; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **402,4** milhões de cruzeiros;
- 53 — **PETROQUISA — Petrobrás Química S.A.** (setor público; v. **PETROBRAS**), com um patrimônio líquido de **800,2** milhões de cruzeiros;
- 54 — **Massey Ferguson do Brasil S.A. Indústria e Comércio** (grupo canadense; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de **309** milhões de cruzeiros;
- 55 — **COBRASMA S.A. Indústria e Comércio** (capital privado nacional associado a capital americano), com um patrimônio líquido de **347,7** milhões de cruzeiros.

A **COBRASMA** está associada à **American Steel Foundries Produtos de Aço Ltda.** (São Paulo), subsidiária brasileiro da **Amsted Industries Inc.** Chicago, produtora de insumos para as indústrias de construção civil, indústria ferroviária e em geral. Possui subsidiárias ainda na Alemanha Federal e participações na Índia e na Austrália.

- 56 — **Texaco do Brasil S.A. Produtos de Petróleo** (grupo americano) com um patrimônio líquido de **363,4** milhões de cruzeiros.

A **Texaco do Brasil S.A.** pertence à **Texaco Inc.**, Nova Iorque, uma das maiores companhias de petróleo do mundo, operando principalmente nos Estados Unidos e Canadá. Detém 30% do controle acionário da **Arabian American Oil** e opera com subsidiárias em quase todos os países da Europa ocidental, no Canadá, no México, em Honduras, Trinidad, Uruguai e Brasil, onde possui, além da mencionada, as seguintes firmas: 1. **Sociedade Anônima de Óleo Galena-Signal** (São Paulo) e 2. **Química Industrial Fides S.A.** (Rio de Janeiro).

57 — **Cia. Docas de Santos** (setor público), com um patrimônio líquido de 410,3 milhões de cruzeiros;

58 — **Cetenco Engenharia S. A.** (setor privado nacional) com um patrimônio líquido de 311,3 milhões de cruzeiros.

A **Cetenco** está associada ao grupo estrangeiro **Christiani-Nielsen Rio** (subsidiária de **Christiani & Nielsen A/S**) na formação do capital de **Engenharia Civil e Portuária S. A.** (Rio de Janeiro).

59 — **IBRAPE — Indústria Brasileira de Produtos Eletrônicos S. A.** (grupo estrangeiro) com um patrimônio líquido de 293,7 milhões de cruzeiros.

A **IBRAPE** é uma das muitas subsidiárias brasileiras da **N. V. Phillips Gloeilampenfabrieken, Eindhoven** (v. **S. A. Phillips do Brasil**, análise a 1972).

60 — **Construtora Mendes Júnior S. A.** (grupo privado nacional), com um patrimônio líquido de 363 milhões de cruzeiros;

61 — **Mesbla S. A.** (grupo americano), com um patrimônio líquido de 314 milhões de cruzeiros;

62 — **S. A. Moinho Santista Indústrias Gerais** (grupo argentino; v. análise a 1972), com um patrimônio líquido de 414,2 milhões de cruzeiros;

63 — **SANBRA — Sociedade Algodoeira Nordeste do Brasil S. A.** (grupo estrangeiro), com um patrimônio líquido de 408,5 milhões de cruzeiros.

A **SANBRA** é uma das muitas subsidiárias brasileiras (de influência panamenha) da multinacional **Bunge y Born** (v. análise a **S. A. Moinho Santista Indústrias Gerais** em 1972).

64 — **Cia. Atlantic de Petróleo** (grupo americano), com um patrimônio líquido de 370,4 milhões de cruzeiros.

A **Companhia Atlantic de Petróleo** é uma subsidiária brasileira da **Atlantic Richfield Company**, Nova Iorque, um dos grandes produtores americanos de petróleo, com interesses na exploração do urânio, produção de asfalto e betuminosos. Além das brasileiras, possui subsidiárias na Alemanha Federal, Bélgica e no Reino Unido e participações e interesses

na Libéria, em Borneo e no Estreito de Malaca, no Canadá, nos Estados Unidos e no Peru.

No Brasil, possui ainda a **Empresa Carioca de Produtos Químicos** (Rio de Janeiro) e a **Empresa Brasileira de Dodecilbenzeno Ltda.**

- 65 — **Johnson & Johnson S. A. Indústria e Comércio** (grupo americano), com um patrimônio líquido de 356,9 milhões de cruzeiros.

Trata-se da subsidiária brasileira de **Johnson & Johnson** (New Brunseick, N. J.), maior produtor mundial de bandagens, ataduras para uso hospitalar e doméstico. Fabricante também de fitas adesivas, produtos textéis etc. Possui subsidiárias no Reino Unido, na Irlanda, França, Alemanha Federal, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia, Suíça e Itália, África do Sul, Índia, Austrália, México, Jamaica, Venezuela e Argentina. No Brasil, além da **Johnson & Johnson S. A. Indústria e Comércio** (São Paulo), possui a **Johnson & Johnson do Nordeste Produtos Cirúrgicos S. A.** (Recife).

- 66 — **Caterpillar do Brasil S. A. Máquinas e Peças** (grupo americano), com um patrimônio líquido de 274,1 milhões de cruzeiros.

Pertence à **Caterpillar Tractor Co.** (Peoria), maior produtor mundial de tratores, escavadeiras, máquinas para colocar tubulações, motores diesel etc., com fábricas e subsidiárias na França, Reino Unido, Bélgica, Suíça, Hong-Kong, África do Sul e Austrália e participações na Índia, no Japão, no Canadá e no México, além do Brasil.

- 67 — **Termo Mecânica São Paulo S. A.**, com um patrimônio líquido de 231,4 milhões de cruzeiros.

A **Termo Mecânica São Paulo S. A.** é associada à **Canadian Wire & Cable Ltd.** (Canadá), no controle acionário da **Termocanáda Condutores Elétricos S. A.** (MG).

- 68 — **Cia. Suzano de Papel e Celulose** (setor privado nacional), com um patrimônio líquido de 347,7 milhões de cruzeiros;

- 69 — **Linhas Corrente S. A.** (grupo estrangeiro), com um patrimônio líquido de 240,4 milhões de cruzeiros.

A **Linhas Corrente S. A.** é a principal subsidiária brasileira do grupo **Coats Patons Ltd.** (Glasgow), maior fabricante inglês de fio de algodão, lã e produtos de malharia. Possui subsidiárias em toda a Europa ocidental, na África do Sul, na Austrália, no Japão, no Canadá, nos Estados Unidos, na Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Chile e Argentina. No Brasil controla ainda a **Algodoeira São Miguel S. A.** (RN) e a **Gutermann S. A. Linhas para Costura** (São Paulo).

- 70 — **CCBE — Rossi — Servix Engenharia S. A.** (grupo nacional) com um patrimônio líquido de 311,2 milhões de cruzeiros. Está associada ao grupo **Yutaka-Ichi Co. Ltda.** no controle da **SERMEC S. A.** (São Paulo);

- 71 — **Cia. Brasileira de Alumínio** (grupo nacional), com um patrimônio líquido de **395,9** milhões de cruzeiros;
- 72 — **DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S. A.** (nacional), com um patrimônio líquido de **964** milhões de cruzeiros;
- 73 — **Indústria de Pneumáticos Firestone S. A.** (grupo americano), com um patrimônio líquido de **380,8** milhões de cruzeiros.

É a subsidiária brasileira da **Firestone Tire and Rubber Co.** (Ohio), segundo produtor americano de pneus, e fabricante de produtos e derivados de borracha e plásticos. Possui subsidiárias ainda na Bélgica, Holanda, França, Alemanha Ocidental, Suíça, Itália, Portugal, Reino Unido, Suécia, Finlândia, Índia, Ghana, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Canadá, Costa Rica, Venezuela e Argentina.

- 74 — **COFAP — Cia. Fabricadora de Peças** (grupo americano), com um patrimônio líquido de **232,3** milhões de cruzeiros.

É a subsidiária brasileira da **Monroe Auto Equipment Co.**, fabricante americano de amortecedores para auto-veículos em geral, vagões ferroviários, etc. Possui ainda subsidiárias na Suíça, Bélgica, Austrália, México, Venezuela e Argentina;

- 75 — **S. A. Tubos Brasilit** (grupo estrangeiro), com um patrimônio líquido de **244,3** milhões de cruzeiros.

Outra subsidiária brasileira da **Saint-Gobain-Pont-à-Mousson** (v. Cia. Vidraria Santa Marina).

- 76 — **CELESC — Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.** (setor público), com um patrimônio líquido de **285,3** milhões de cruzeiros;
- 77 — **Champion Celulose S. A.** (grupo americano), com um patrimônio líquido de **271,4** milhões de cruzeiros.

É a subsidiária brasileira do grupo americano **Champion International Corporation**, segundo produtor americano de celulose e papel e fabricante de madeiras compensadas. Atua mediante subsidiárias ainda na Alemanha, Suíça, Bélgica, Nigéria, Canadá e México. No Brasil, além da **Champion Celulose S. A.** (na qual é também associada da **Leon Israel & Bros. Inc.**), possui as firmas **Chamflora Planejamento e Comércio Ltda.** (São Paulo) e **Mineração Anasteves Ltda.**

- 78 — **CELPE — Companhia de Eletricidade de Pernambuco** (setor público) com um patrimônio líquido de **361,5** milhões de cruzeiros;
- 79 — **Anderson Clayton S. A. Indústria e Comércio** (grupo americano) com um patrimônio líquido de **307,9** milhões de cruzeiros.

Trata-se da subsidiária brasileira do grupo americano **Anderson, Clayton & Co.** (Houston), maior comercializador de algodão do mundo, com subsidiárias em todas as zonas ocidentais importantes de produção. É ainda exportador de café verde, fabricante de rações balanceadas, fertilizantes, óleos de soja, produtos alimentícios à base de algodão, soja etc. Tem subsidiárias na Suíça, Quênia e México e participação na África do Sul. No Brasil, possui ainda a **Fidelidade S. A. Empresa de Armazéns Gerais** (São Paulo) e **Grapette S. A. Refrigerantes e Concentrados** (São Paulo).

80 — **Indústrias Gessy-Lever S. A.** (grupo estrangeiro, multinacional), com um patrimônio líquido de 228,9 milhões de cruzeiros.

É controlada no Brasil (90% das ações) pela **Mavibel do Brasil Comércio e Indústria Ltda.** (São Paulo), subsidiária da multinacional **Unilever**, grupo anglo-saxão. Possui mais de 100 subsidiárias espalhadas por todo o mundo, destacando-se sua presença na França, Alemanha Federal, Reino Unido, Bélgica, Áustria, Suíça, Itália, Espanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Grécia, Congo, Turquia, Indonésia, Tailândia, Filipinas, Japão, Canadá, Estados Unidos, México, El Salvador, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Brasil. No Brasil, o grupo possui a **Mavibel do Brasil Comércio e Indústria Ltda.**, **Indústrias Gessy Lever S. A.** (São Paulo) e **Lintas Publicidade Internacional Ltda.** (São Paulo).

Essas 80 maiores empresas brasileiras, excluídas as governamentais, estão assim distribuídas regionalmente: São Paulo, 4,2 empresas; Guanabara, 10; Minas Gerais, 3; e Rio Grande do Sul, 1 empresa.

Mas não devemos ficar adstritos a uma única fonte, ainda que essa seja a Fundação Getúlio Vargas. Confrontemos suas "500 maiores" com "200 maiores empresas" selecionadas por **Visão** (cf. **Quem é quem na economia brasileira**, agosto de 1974).

Segundo **Visão** temos, entre as 10 primeiras, nove públicas, uma estrangeira (**Light**) e, evidentemente, nenhuma empresa de capital privado nacional. Dentre as 40 teremos já outra posição relativa: 24 públicas, 10 estrangeiras e seis de capital privado nacional. A primeira de capital privado nacional aparece no 24º lugar, a **Construções e Comércio Camargo Correa S.A.** As demais são: **S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo** (25º), **S.A. Indústrias Votorantim** (28º), **Dersa — Desenvolvimento Rodoviário S.A.** (31º), **Cia. Cervejaria Brahma** (37º) e **VARIG — Viação Aérea Rio-Grandense** (39º). Composto as 50 maiores, temos: 29 empresas públicas, 17 estrangeiras e 10 de capital privado nacional. As 60 maiores estão assim distribuídas: 33 públicas, 17 estrangeiras e 10 de capital privado nacional. As 70, assim: 35 públicas, 23 estrangeiras e 12 de capital privado nacional. As 80 maiores se classificam como: 36 públicas, 30 estrangeiras, 14 de capital privado nacional. Finalmente, o elenco das 200 maiores está assim constituído: 89 empresas estrangeiras, 67 públicas, 42 de capital privado nacional e duas empresas cujo

controle acionário não foi possível precisar. Dessas 42 empresas nacionais, 13 são construtoras, empreiteiras de serviços públicos ou empresas que dependem de repasses do BNH; uma é uma empresa aérea dependente de subsídios governamentais, 5 são conglomerados de empresas, duas são empresas de transporte de cabotagem, 4 dependem de concessões governamentais para funcionamento e, pelo menos, 4 estão associadas a capitais estrangeiros. Quase todas dependem, ou de insumos, ou de **know-how** estrangeiros. As públicas estão concentradas em serviços de utilidade pública (transportes, comunicações, energia, saneamento etc.) e indústrias de base (siderurgia, petróleo etc.). Esses números mostram o esmagamento da empresa nacional ao tempo em que indicam a tendência estatizante da economia brasileira. Se compararmos os levantamentos da revista **Visão** relativos a 1972 ("Quem é quem" de 1973) e 1973 ("Quem é quem" de 1974), verificaremos que a participação das empresas controladas pelo setor público cresceu, no período, de 63,9% para 66,15%, um crescimento, portanto, de 2,25% ao ano, enquanto a participação privada nacional caiu de 16% para 14,4%. As empresas controladas por capitais estrangeiros, que representavam 20,1%, sofreram uma leve queda, segundo **Visão**, para 19,45%. Mantida essa taxa de crescimento do patrimônio líquido das empresas públicas (2,25% ao ano), as 200 empresas da amostragem, especula o **O Estado de S. Paulo** (ed. de 29-9-74), no curto espaço de 7 anos, estariam sob o controle, ou do poder público, ou do capital estrangeiro. Verifica-se, igualmente, que a política de conglomerados redundou numa política de proteção das grandes empresas (sempre estrangeiras ou estatais), em detrimento da pequena e média empresas, sempre nacionais, as quais viram reduzidas suas margens de lucro. O aumento do lucro disponível das 200 empresas da amostragem de **Visão** foi de 43,1%, enquanto o lucro disponível foi de 42%. Um bom exemplo de contínuo enfraquecimento da empresa nacional, dando margem à sua alienação ou associação com grupos estrangeiros, é oferecido pelo setor editorial a gráfico.

3. SETOR EDITORIAL E GRÁFICO

Em São Paulo, em um só ano, requereram concordata a Editora Brasiliense, a Livros Irradianes S.A. (LISA), a Editora Martins e a Gráfica Revista dos Tribunais (referimo-nos exclusivamente às empresas que possuem representatividade). No Rio, a crise atingiria os Estabelecimentos Gráficos Borsó e a Editora Lello. O grupo **Thomas de la Rue** vendeu sua divisão de cartões à **American Greetings Co.**, a Quimigráfica Mayer teve aumentada a participação alemã, o grupo americano **Bernard Harold Rudermann-Meyer Leicchman**, de Nova Iorque, aumentava sua participação no Ano Livro Técnico, Centro Brasileiro de Linguística Aplicada, Disa — Distribuidores Associados de Livros e Organização Sulina de Representações Ltda. Da fusão das editoras ao Livro Técnico, Polígono e Agir resultou a Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda., incorporada há dois anos pela americana **John Wiley & Sons, Inc. Publishers**. Em outubro de 1974, a **Prentice-Hall**, uma das maiores editoras americanas,

negociava sua associação, em bases ainda não reveladas, com a Editora Atlas, de São Paulo. Há três anos se instalou no país a **McGraw-Hill do Brasil** (pertence à maior editora americana). Pela mesma época se instalava a Interamericana Editora do Brasil Ltda., do Grupo americano **CBS (Columbia Broadcasting System)** que engloba a **Saunders**, a **Holt, Rinhart and Wiston** e a **Nueva Editorial Interamericana do México** as quais, no conjunto, detêm os direitos de cerca de 80% dos livros de medicina em curso no Brasil os quais, doravante, serão editados diretamente pela Interamericana. Em fase de implantação está outra grande editora americana, a **Addison Wesley**. Atualmente, as editoras estrangeiras aqui instaladas controlam 70% do mercado brasileiro de livros técnicos. Os restantes 30% estão distribuídos entre as demais editoras entre as quais a mencionada Atlas e a Nacional, negociada pela José Olímpio. Em 1973, a Sociedade Financeira Portuguesa — que pertenceria ao grupo Listas Telefônicas de Portugal (Bertrand e Moraes) a seu turno integrado no esquema da Multinacional ITT — adquiriu ações da José Olímpio na ordem de 30 a 53% (as informações relativas ao montante da participação social do grupo estrangeiro são desconhecidas). A sua vez, em 1974, a José Olímpio adquiriu a Cia. Editora Nacional, maior editora brasileira e responsável por mais da metade dos livros didáticos do País. Para essa aquisição, a José Olímpio Editora valeu-se de financiamento do BNDE na ordem de 80% do total da operação (as informações variam entre 150 e 162 milhões). Fica a dúvida.

Afora as conseqüências óbvias, resultantes do controle do movimento editorial brasileiro por empresas estrangeiras, notadamente americanas, há a preterição do autor nacional e, evidentemente, a impossibilidade de formulação de uma expressão da cultura nacional. A **McGraw-Hill**, por exemplo, já editou (lança 4 livros por mês) 103 títulos, todos de autores estrangeiros. A **Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda.** editou 231 títulos sendo 182 títulos estrangeiros e 49 nacionais. A **Interamericana** só tem programado autores da **Saunders**. As editoras estrangeiras, todavia, se valem dos benefícios governamentais como a **McGraw-Hill** que tem co-edições com o INL, a Universidade de Brasília, Universidade do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo. Os favores concedidos aos editores estrangeiros chegam à raia do absurdo, como denuncia a revista **Visão** em sua edição de 18 de novembro de 1974 (p. 126):

A Câmara Brasileira do Livro divulgou recentemente uma circular do Instituto Nacional do Livro, que comunicava às editoras pretender co-editar, dentro do Programa do Livro-Texto para o Ensino Superior (Plites), uma lista de 34 obras, indicadas por especialistas das respectivas áreas. Um editor de São Paulo, interessado em publicar uma das obras constantes da lista, dirigiu-se à editora McGraw-Hill, dos Estados Unidos, a fim de solicitar a cessão dos respectivos direitos autorais. Informaram-lhe, em resposta, que a referida obra já estava, há dois meses, em mãos da filial brasileira, a McGraw-Hill do Brasil, e que, inclusive, sua tradução já estava praticamente concluída.

Analisando posteriormente a lista enviada pelo INL, o editor verificou que, das 34 obras propostas, oito (quase um quarto do total) eram de propriedade da mesma McGraw-Hill (as demais tinham origens variadas, como Harper, Holt, Prentice Hall, Mac Millan etc.), não sendo difícil inferir que a matriz, dona dos direitos de um quarto dos títulos propostos na suposta concorrência, se estava beneficiando do Plites a fim de obter vantagens para sua filial brasileira, na conquista da faixa mais ampla possível do mercado brasileiro de livros técnicos e científicos.

Mas o controle pelo Estado dos meios de informação não se limita à área dos mecanismos fiscais, creditícios, etc. Vai além, com a ação direta como Editor.

O Estado controlando as edições. Não há estatísticas seguras a respeito e as poucas informações não são disponíveis. Mas o Estado é hoje o maior editor brasileiro e é certo que há, em desenvolvimento, a partir da **Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático**, um projeto político que concluirá com a virtual estatização do livro didático.

Inicialmente por intermédio da COLTED, posteriormente, e até aqui, por intermédio do INL, o governo institucionalizou o sistema de coedições. Numa simplificação, podemos dizer que esse sistema funciona como se segue: o Estado elege áreas prioritárias de investimentos no livro didático (primário, supletivo, etc.) e estabelece normas de livro padrão; o editor adapta seus originais a esse esquema e os submete ao INL que analisa os originais, do ponto de vista didático-pedagógico, forma, conteúdo, etc.; aprovado o original pela comissão de leitura do INL, é negociada a coedição que resulta na aquisição, pelo governo, de certa percentagem da tiragem, comprometendo-se o editor a uma redução no preço de capa, o que é objeto de ajuste prévio.

Hoje, os editores de livros didáticos virtualmente transferiram ao INL a decisão de seus programas editoriais. É o Estado, grosso modo, quem decide o que vai ser editado, porque, em geral, só é editado o que o INL coedita. Toda a atividade desses editores, durante o ano, se restringe à preparar originais que possam obter a aprovação das comissões de leitura do INL. Só em 1975, nesse sistema, no início do ano, para o ano letivo, foram distribuídos pelo INL 8.600.000 livros destinados ao ensino fundamental, médio e superior.

Além do INL, os sistemas de coedições se estendem a quase todas as universidades públicas, que possuem igualmente seus próprios programas de edição. Há, ainda, as fundações, as quais, subvencionadas pela União, têm programas editoriais, em alguns casos programas extensíssimos, subordinados, evidentemente, aos interesses das fontes de seus recursos. Na área da administração direta do MEC, procedem a edições próprias o MOBREAL, os Conselhos Federais de Educação e de Cultura, e quase todos os outros do MEC que por intermédio de sua Diretoria de Documentação e Divulgação, só ela, edita mais de dez revistas. Todo Ministério e quase toda repartição pública relativamente importante dispõe de sua própria editora.

Mesmo com o **Prolivro**, mantém-se a perigosa análise prévia dos originais. O BNDE, que sempre condicionara seus financiamentos à análise econômica-financeira, introduz agora a análise do conteúdo dos originais, ouvido o INL.

4. ANÁLISE POR RAMO DE ATIVIDADE (1973)

Material de transporte

Em 1973, das dez maiores empresas da área participantes da seleção das 500 maiores, segundo a Fundação Getúlio Vargas, seis são estrangeiras, duas de capital privado nacional e duas de capital privado nacional associado a capital estrangeiro.

Borracha

O setor está representado por quatro empresas. Todas estrangeiras.

Mecânica

Dez empresas, sendo oito estrangeiras, uma de capital privado nacional e uma resultante da associação de capital privado nacional com capital estrangeiro.

Extrativa mineral

Das dez maiores empresas dentre as 500, sete são estrangeiras, duas de capital privado nacional e uma, a maior, pertencente ao setor público.

Material elétrico e comunicações

Nove estrangeiras e uma associada a capital estrangeiro.

Metalurgia

Quatro empresas estrangeiras, quatro empresas públicas e duas empresas de capital privado nacional, ambas com participação estrangeira.

Madeira

Apenas quatro empresas figuram entre as 500 maiores. Uma estrangeira, a maior, e as demais de capital privado nacional.

Química

Cinco estrangeiras, três pertencentes ao setor público e as duas últimas de capital privado nacional, mas constituindo um só grupo.

Perfumaria, sabões e similares

Duas empresas entre as 500. Ambas estrangeiras.

Couros, Peles e similares

Três empresas, duas nacionais, uma estrangeira.

Produtos farmacêuticos e veterinários

As dez maiores do ramo, dentre as 500, são todas estrangeiras.

Produtos alimentares

Oito estrangeiras, duas de capital privado nacional.

Fumo

Duas dentre as 500. Ambas estrangeiras.

Vestuário, calçados e similares

Cinco empresas, sendo quatro de capital privado nacional e uma estrangeira, essa a maior de todas.

Comercial varejista

Das dez maiores, uma pertence ao setor público, cinco pertencem a capital privado estrangeiro, três a capital privado nacional, uma das quais com participação de capital privado estrangeiro.

Transporte rodoviário

Apenas duas, dentre as 500 maiores. Ambas de capital predominantemente nacional.

Transporte ferroviário

Apenas uma. Pertence ao setor público.

Transporte aéreo

Das três, uma pertence ao setor público e as outras duas são de capital privado nacional, mas subsidiadas pela União.

Comercial atacadista

Três empresas. Todas nacionais.

Transporte marítimo

Cinco empresas, sendo duas pertencentes ao setor público, duas a capital privado nacional e uma estrangeira.

Comunicação, telefone

Todas as dez são empresas públicas.

Textil

Das dez empresas, duas são estrangeiras e as demais de capital privado nacional, sendo duas associadas a capital estrangeiro.

Construção civil

Das dez maiores, uma é estrangeira, e as demais nacionais, duas associadas a capital estrangeiro. Nove empreiteiras de serviços públicos.

Serviço de Alojamento e Alimentação

Duas empresas nacionais e uma estrangeira.

Agrícola

Três empresas, todas de capital privado nacional.

Minerais não metálicos

Nove estrangeiras e uma de capital privado nacional.

Mobiliário

Apenas uma figura dentre as 500 maiores (494º lugar). Nacional.

Celulose, papel e papelão

Nove empresas, das quais três estrangeiras, e seis de capital privado nacional, sendo duas associadas a capital estrangeiro.

Produtos de materiais plásticos

Das oito empresas constantes da lista, cinco são estrangeiras e apenas duas de capital privado nacional.

Bebidas

Seis empresas, duas estrangeiras e quatro nacionais.

Editorial e gráfica

Seis empresas, uma estrangeira e as demais de capital nacional, sendo que, pelo menos, duas têm participação de capital privado estrangeiro.

Serviços comerciais

Sete empresas, duas estrangeiras, uma pertencente ao setor público e as demais de capital privado nacional.

Diversas

Oito empresas, duas estrangeiras e as demais de capital privado nacional.

Essa análise pode, ainda, ser aprofundada. Os estudos da Fundação Getúlio Vargas não se reportam às instituições financeiras, o que não ocorre com o levantamento de **Visão**. Nesse, veremos que dos 112 bancos comerciais, particulares e governamentais, os 27 maiores (24,32%) controlam 87,34% dos depósitos que aumentaram, em um ano, 28,80% nos estabelecimentos particulares e 35,50% nos governamentais. Por seu turno, os 28 bancos governamentais, representando 25% do total de estabelecimentos, reúnem Cr\$ 113.408.835,00 de depósitos, 62,28% do total. Os 84 bancos comerciais particulares, 75% do total de estabelecimentos, reuniam Cr\$ 116.094.978,00 de depósitos, vale dizer, 31,72% do total. Os bancos em desenvolvimento (excluído o Banco do Nordeste

do Brasil), reuniam um patrimônio líquido de Cr\$ 12.900.608,00, tendo realizado financiamentos na ordem de Cr\$ 101.443.480,00. Todos governamentais.

Aos diversos fatores, tanto estruturais quanto conjunturais, que estimulam e, em alguns casos, impõem a participação estatal, vêm somar-se, agora, os mecanismos criados pelo próprio Estado, com a anunciada finalidade de fortalecer a empresa nacional. Um desses instrumentos é a participação acionária do BNDE nas empresas. Ainda que essa participação, como assegurada, não pretenda ulterior controle acionário, é mais do que óbvio que esse ingresso representa uma maior participação na economia e a supressão de uma fatia que, pelo menos teoricamente, pertenceria à iniciativa privada.

Adstringindo-se às empresas privadas, a revista de negócios **Exame**, em sua edição especial **Brasil em exame** (setembro, 1974), listou as 50 maiores empresas nacionais, segundo o volume de vendas. Dessas, 34 empresas são controladas por capital estrangeiro (controle que vai de 51 a 100% — Volkswagen) e apenas 16 estão nas mãos do empresariado privado nacional. A primeira firma brasileira por volume de vendas, a **Varig**, surge na lista em 14º. Dentre as 16 nacionais, quatro são conglomerados de empresas, uma empreiteira de obras públicas e outra trabalha sob concessão do governo da União.

5. O CONTROLE DA INFORMAÇÃO PELO ESTADO

Do ponto de vista jurídico, o controle da informação, no Brasil, se processa mediante os seguintes instrumentos:

1) Desde a Constituição de 1824, a posição brasileira tem sido assegurar plena liberdade, livre de censura prévia, condicionado seu exercício à responsabilidade penal e civil do autor de abuso de direito. A Constituição de 25 de março de 1824 prescrevia, no seu artigo 179, § 4º, que "todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito nos casos e pela forma que a lei determinar". Na mesma linha, a primeira Constituição Republicana (1891): "Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato". A Reforma de 1926 conservou-lhe o texto, **ipsis litteris**. A Constituição democrática de 34 manteve o texto anterior, adicionando-lhe o direito de resposta e uma referência expressa a livros: "Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do poder pú-

blico. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra ou de processos violentos, para subverter a ordem política ou social". Um hiato totalitário é estabelecido pela carta constitucional de 1937: "Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. A lei pode prescrever: **a)** com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente a circulação, a difusão ou a representação; **b)** medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude; **c)** providências destinadas à proteção do interesse público, bem-estar do povo e segurança do Estado. A imprensa reger-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios: **a)** a imprensa exerce uma função de caráter público; **b)** nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei; **c)** é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente nos jornais que o infamarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação; **d)** é proibido o anonimato; **e)** a responsabilidade se tornará efetiva por pena de prisão contra o diretor responsável e pena pecuniária aplicada à empresa; **f)** as máquinas, caracteres e outros objetos tipográficos utilizados na impressão do jornal constituem garantia do pagamento da multa, reparação ou indenização, e das despesas com o processo nas condenações pronunciadas por delito de imprensa, excluídos os privilégios eventuais derivados do contrato de trabalho da empresa jornalística com os seus empregados. A garantia poderá ser substituída por uma caução depositada no princípio de cada ano e arbitrada pela autoridade competente, de acordo com a natureza, a importância e a circulação do jornal; **g)** não podem ser proprietários de empresas jornalísticas as sociedades por ações ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas. A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos". Com a reconstitucionalização do país, foi retomada a tradição democrática interrompida. Retorna-se ao texto de 34: "É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe" (Constituição de 1946).

2) A vigente Constituição brasileira filia-se à sistemática casuística da Constituição italiana: "É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros,

jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". (Constituição da República Federativa do Brasil, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 153, § 8º)

3) O Decreto-Lei nº 1.073, de 16 de janeiro de 1970, que regulamenta sua parte final ("Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes"), impõe a censura prévia de livros e periódicos nos seguintes termos, **verbis**: "Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação. Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da prescrição do artigo anterior. Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministério da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e apreensão de todos os seus exemplares. Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição e venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do art. 2º deste Decreto-Lei." Essas mesmas disposições se aplicam, ressalvadas as adaptações óbvias, às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

A Portaria nº 209/73, de 16 de abril de 1973, do Departamento de Polícia Federal, cumprindo esse Decreto-Lei nº 1.073, determina que as publicações periódicas que circulam no país, do gênero revista, nacionais ou estrangeiras, estão sujeitas a prévio registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. No ato da concessão do registro, fundamentado em requerimento do editor ou do distribuidor (publicações estrangeiras) que oferecerá para exame, pelo menos, três exemplares da publicação, a autoridade policial poderá dispensar a apresentação da publicação número a número, antes de sua divulgação, ou condicioná-la ao cumprimento dessa exigência. Embora sejam obrigadas ao registro prévio, podem ser isentadas de verificação prévia as publicações periódicas de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como "as que não versarem temas de sexo, moralidade pública e bons costumes". Quanto aos jornais, em vista de seu processo de produção, a censura prévia pode se operar na própria redação, pela autoridade policial, ou ser delegada a competência à própria direção do periódico (autocensura).

4) A lei de imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), depois de assegurar, como princípio, a liberdade de manifestação do pensamento e de informação ("É livre a manifestação do pensamento e a

procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer") estabelece a ressalva dos **abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação** ("Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, ficarão sujeitos às penas da lei e responderão pelos prejuízos que causarem"), ressalva que já se encontrava no texto constitucional (art. 153, § 8º). A lei ordinária enumera as hipóteses de **abuso de poder**.

5) O exercício da imprensa, no Brasil, é disciplinado pela legislação ordinária especial, já referenciada. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, estabelece os critérios e condições para registro das empresas mantenedoras de veículos de comunicação de massa, o registro dos editores e emissores, o registro de veículos e seu depósito prévio, a censura prévia, a distribuição e venda, a responsabilidade dos dirigentes das empresas, pelos veículos e pelo texto, e prevê os abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação e estabelece as penas respectivas, regula o direito de resposta, a responsabilidade penal, a responsabilidade administrativa e a responsabilidade civil.

O Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 — "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social" — e Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, "dispõe sobre a execução do art. 153, § 8º, parte final, da Constituição Federal."

A Consolidação das Leis do Trabalho disciplina as condições especiais de sua duração e condições de trabalho do jornalista profissional. Seu texto foi em parte alterado pela legislação posterior, já referida.

6) O exercício da atividade jornalística é privativo de portador de registro (como jornalista profissional) no Ministério do Trabalho, registro esse (a partir da regulamentação da profissão) privativo de portador de diploma de curso de jornalismo em escola oficial ou reconhecida, de nível universitário, sujeito à revalidação, quando expedido por escola estrangeira (Decreto-Lei nº 972, de 17 de abril de 1969). O registro de jornalista profissional está ao encargo do Serviço Nacional de Identificação Profissional, do Departamento Nacional do Trabalho.

7) No Brasil, as publicações estrangeiras deverão estar registradas na Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. Antes de sua distribuição, a publicação deverá ser submetida à autoridade policial para liberação, mediante o depósito prévio de três exemplares do número respectivo.

8) Todo periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho (a localização varia de veículo a veículo e raramente é escolhido o cabeçalho;

essas informações, que constituem o Expediente do jornal ou revista, não são necessariamente dispostas com destaque) o nome do diretor ou redator-chefe, que deve estar no gozo de seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso; todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público deverá estampar o nome do editor e responsável, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão; os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, são obrigados a anunciar, no princípio e no final de cada um, o nome do respectivo diretor ou produtor; o diretor ou principal responsável por jornal, revista, rádio e televisão é obrigado a manter, em livro próprio, para exibir em juízo, o registro dos pseudônimos, seguidos da assinatura dos seus utilizantes, cujos trabalhos sejam ali divulgados; toda editora é obrigada a fazer o depósito legal de suas publicações no Departamento de Polícia Federal, Divisão de Censura de Diversões Públicas, e na Biblioteca Nacional.

9) No Brasil, embora a grande maioria das emissoras de rádio e de televisão pertença a empresas privadas, os respectivos canais constituem propriedade do Estado, cuja exploração é cedida a título precário, por concessão cassável a qualquer tempo, pela autoridade federal, sem que assista quaisquer direitos à empresa exploradora. Exemplos recentes de cassação de canais: Rádio Mayrink Veiga, Tv-Excelsior canal 2 e Tv-Continental canal 9, todas do Rio de Janeiro. Por intermédio do CONTEL o Governo exerce o controle da qualidade das transmissões, disciplinando a duração dos programas e da publicidade, disciplinando a linguagem, os programas segundo horário, exercendo a censura prévia etc. Os governos estaduais e federal possuem inúmeras emissoras de rádio de exploração comercial (ex.: Mauá e Nacional, no Rio de Janeiro), ou exclusivamente cultural (ex.: Rádio MEC do Rio e de Brasília) e uma rede nacional de Tvs Educativas. Além disso, gera programas educativos para irradiação em cadeia nacional (programas do Prontel e Projeto Minerva entre outros), produz programas para a televisão (a novela João da Silva, integrante do ensino supletivo); a Agência Nacional (governo federal) tem um noticiário de segunda a sábado (rádio) de uma hora e pode, a qualquer momento, por qualquer tempo, transmitir em cadeia nacional à qual são obrigadas a integrarem-se todas as emissoras de rádio e/ou de televisão, no primeiro caso incluindo, até, a emissões em FM. A AERP produz pequenos filmes educativos e de propaganda indireta do governo para veiculação pelas emissoras de Tv e projeção nas salas de cinema.

10) A principal agência estatal brasileira é a **Agência Nacional**. Além de suprir jornais e revistas com textos, emissoras de rádio e Tv com gravações e as salas de projeção cinematográfica com filmes de interesse governamental, coordena redes nacionais de rádio e Tv e um programa (de segunda a sexta-feira), em cadeia com todas as emissoras de rádio do País, de uma hora de duração. Afóra a Agência Nacional, há a Assessoria Especial de Relações Públicas (que viveu seus momentos áureos na administração Médici), cuja atuação tem um caráter mais

ideológico, cuidando da imagem do Governo e do Estado mediante propaganda indireta. Todo Ministério, Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Departamento etc., possui um Departamento de Imprensa, uma Editora ou um serviço de Relações Públicas.

6. A "CRISE" E AS ALTERNATIVAS BRASILEIRAS

A crise da economia capitalista poderá, a curto e médio prazos, abrir caminho à instauração de governos discricionários de par com a tendência presente ao intervencionismo e ao autoritarismo, mesmo nos regimes conceituados como democráticos, dos quais não se afasta a eventualidade do apelo às soluções militares, alternativa a que, com frequência, recorrem as nações pobres, envoltas em crises econômicas e políticas crônicas. Nem sempre, todavia, confundem-se, numa mesma experiência regimes **militares** e **militarismo**, como nem sempre a ascensão dos militares ao poder se faz seguir a instauração de situações ditatoriais. As motivações, tendo todas elas como denominador comum a crise econômico-política, variam, por óbvio, segundo o estágio de desenvolvimento nacional, vale dizer, são diversas as determinantes dos regimes militares na Europa, na África, na Ásia e na América Latina.

Não vem à baila a análise a esses diversos eventos, nem da natureza das distinções mas importa lembrar, quanto a nós, que as intervenções nem sempre se destinaram a impor regimes militares. Ao contrário, no maior das vezes se alimentaram numa vocação legalista que levava os militares a intervir na cena política, ora para dar cabo a ditaduras, ora para prevenir ameaças à continuidade constitucional.

Pode-se dizer que, em geral, sempre que os civis fracassam no governo ou as tensões sociais ameaçam de ruptura a vida política nacional, os militares são conquistados a fraturar o processo constitucional, empolgando ou não o poder. Na Grécia, o último sucesso se destinou precisamente a estancar o militarismo e a ditadura, restituindo aos civis o poder. Em Portugal, a intervenção, consumando-se quando os militares assumiram diretamente o poder, motivou-se na necessidade de pôr termo a uma longa ditadura cheflada por civis.

Na África, como no Oriente Médio, onde proliferam as soluções militares, são as forças armadas que dão conteúdo e unidade nacionais, são elas o grupamento mais organizado, o núcleo de melhor formação intelectual, de seus quartéis são geralmente retirados os melhores quadros destinados à vida pública. A emergência dos militares, ali, é: **a)** o coroamento lógico da luta pela independência nacional levando ao poder seu principal líder (Nasser no Egito, Moahmar Kadhafi na Líbia, Ben Bela na Argélia etc.); **b)** o desfecho de movimentos originariamente destinados a impedir a bancarrota e o caos (Gana); **c)** a solução para as divisões políticas que ameaçam a unidade nacional após a independência (ascensão do General Mobutu no Zaire e do General Adi Amin Dada em

Uganda e, de certa forma a ascensão do Coronel Boumedienne na Argélia), ou, d) uma imposição da iminência da guerra (Yitzhak em Israel).

Na América Latina, o paradigma da emergência dos militares difere dos demais modelos. Em regra, é o caos econômico-político que abre as portas à intervenção. Assim se deu na Argentina, na derrubada de Perón, nas diversas sucessões e, finalmente, na reconvocação dos civis e do caudilho e na conseqüente retomada do processo representativo. Em ocasiões outras, a intervenção tem objetivado: a) bloquear transformações políticas e sociais, b) resguardar a estabilidade política ameaçada e, mesmo, c) promover a reforma social. No Brasil, o movimento das forças armadas se anunciou para "destituir o governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País" e, no governo, promover à "reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil" (Preâmbulo do I Ato Institucional); no Panamá e no Peru para proceder às reformas que os civis não conseguiram; no Chile para impedir uma experiência de socialização em cuja reta se instalara a crise econômica, acentuada por fatores exógenos.

Na Ásia, onde é igualmente considerável a freqüência de governos militares, esses se instalam: a) na esteira de longas guerras (exemplos da Coréia e do Vietnã); b) resultam fruto da guerra da Indochina (referimo-nos a golpes militares que derrubaram governos simpáticos ou colaboradores dos interesses sino-soviéticos na área, Sukarno na Indonésia e Siranoak no Camboja); ou finalmente c) atendem a interesses estratégicos (Formosa etc.).

O **U. S. News & World Report** levantou os casos contemporâneos de participação direta de militares em governo:

"NA AFRICA:

ARGÉLIA — Em 1965 o Coronel Houari Boumedienne tornou-se Presidente.

BURUNDI — Em 1966 o Coronel Michel Micombero declarou-se Presidente.

REPÚBLICA CENTRO AFRICANA — Desde 1966 o General Jean Bokassa está na Presidência.

REPÚBLICA DO CONGO — O Major Marien Ngouabi foi designado Presidente em 1968.

DAOMÉ — O Tenente-Coronel Mathieu Kerebou tornou-se Presidente em 1972.

GANÁ — O Coronel Ignatius Kutu Acheampong, presidente do Conselho de Redenção Nacional, tomou o Poder em 1972.

REPÚBLICA MALGAXE — O General Gabriel Ramanantsoa é Chefe do Governo desde 1972.

MALI — Em 1968 o Coronel Moussa Traoré foi designado Presidente.

NIGER — O Tenente-Coronel Seyni Kountché, chefe do Conselho Dirigente, assumiu o Poder este ano.

NIGÉRIA — Desde 1966 que o General Yakubu Gowon chefia o Governo militar.

RUANDA — Em 1973, o General Juvénal Habyarimana se torna Chefe de Estado.

REPÚBLICA DA SOMÁLIA — O General Mohamed Siad Barre é presidente do Conselho Revolucionário Supremo desde 1969.

TOGO — O General Étienne Eyadema assumiu a Presidência em 1967.

UGANDA — O General Idi Amin Dada tornou-se Presidente em 1971.

ALTO VOLTA — O General Sangoulé Lamizana assumiu a Presidência em 1966.

ZAIRE — O General Mobutu Sese Seko tornou-se Presidente em 1965.

NO ORIENTE MÉDIO:

EGITO — Anwar Sadat, antigo General, é eleito Presidente em 1970.

LIBIA — O Coronel Moahmar El-Kadhafi é chefe do Conselho Revolucionário desde 1969.

SUDÃO — Em 1969 o General Gaafar Mohamed El-nimeri tornou-se Presidente.

IRAQUE — O General Ahmed Hassan al-Bakr assumiu a Presidência em 1968.

SÍRIA — Em 1971 o General Hafez Assad foi designado Presidente.

ISRAEL — Yitzhak Rabin, antigo General, foi escolhido Primeiro-Ministro em 1974.

REPÚBLICA ÁRABE DO IEMEN — Uma junta militar de sete homens tomou o Poder em 1974.

NA ASIA:

BIRMÂNIA — O General Ne Win é chefe do Conselho Revolucionário desde 1962.

REPÚBLICA DA CHINA — Chiang Kai-shek está na Presidência desde 1948.

CORÉIA DO SUL — Desde 1963 que o General Park Chung Hee é Presidente.

VIETNAM DO SUL — Nguyen Van Thieu, antigo General, é Presidente desde 1967.

CAMBOJA — O Marechal Lon Nol declarou-se Presidente em 1972.

INDONÉSIA — O General Suharto, designado Presidente em 1968, foi reeleito em 1973.

NA AMÉRICA LATINA:

BOLÍVIA — O General Hugo Banzer Suárez assumiu a Presidência em 1971.

BRASIL — O General Ernesto Geisel foi escolhido Presidente em 1974.

CHILE — O General Augusto Pinochet chefia a Junta Militar desde 1973.

EQUADOR — O General Guillermo Rodriguez Lara foi designado Presidente pela Junta Militar em 1972.

EL SALVADOR — Em 1972 o Coronel Arturo Molina Barraza foi eleito Presidente.

GUATEMALA — O General Kjell Laugerud Garcia foi eleito Presidente em 1974.

HONDURAS — O General Oswaldo López Arellano foi eleito Presidente em 1972.

NICARÁGUA — Governada por uma Junta Militar até as eleições de dezembro. O Poder está nas mãos do General Anastasio Somoza, ex-Presidente.

PANAMA — Desde 1972 é governado pelo General Omar Torrijos Herrera.

PARAGUAI — General Alfredo Stroessner é Presidente desde 1954.

PERU — Desde 1968 que o General Juan Velasco Alvarado é Presidente.

URUGUAI — Juan M. Bordaberry, um civil, tornou-se Presidente em 1972, mas os militares controlam o Governo.

NA EUROPA:

PORTUGAL — O General Antônio de Spínola assumiu a Presidência em 1974.

ESPANHA — Desde 1939 que o General Francisco Franco é Chefe de Estado." (*)

Para atualizar o levantamento do **U.S. News & World Report** precisamos apenas de registrar que, em Portugal, o General Spínola foi substituído pelo General Costa Gomes. Na Etiópia, o General Aman Michael Andom assumiu o poder na crista de um golpe militar que destronou Hailé Selassié.

Afora os regimes militares, ou exercidos por militares, há ainda, não relacionados, os regimes constitucionais sob custódia militar, cujo melhor exemplo atual é oferecido pelo Uruguai.

O termômetro dessas intervenções, repita-se, tem sido, até aqui, a crise interna, cujo agravamento poderá decretar a inviabilidade dos respectivos modelos econômicos e, por via de consequência, assinalar a falência do projeto político, o que importará, não apenas, na pura e simples substituição dos atores em cena, mas, muito provavelmente, na formação de um novo pacto social. Parece-nos, aliás, que esse foi o caminho percorrido, recentemente pela Grécia, com o retorno ao poder civil; por Portugal, com a deposição do poder civil ditatorial e a intervenção direta das forças armadas num processo de redemocratização, e pela Argentina, com a abertura política que possibilitou o regresso do caudilho e a retomada do poder pelo remédio eleitoral. Em todos os casos, todavia, não há segurança de consolidação da via democrática e constitucional. A normalização da vida política está intimamente dependente da solução aos graves problemas econômicos e sociais herdados pelos atuais titulares do Poder. O fracasso dessas opções poderá viabilizar o retorno à ditadura. Assim, por exemplo, na Argentina, o mesmo caos econômico-político que levou os militares a uma retirada estratégica, poderá trazê-los de volta a qualquer forma de militarismo.

É sabido que as crises econômicas, com seu rol de tensões sociais, que vão do desemprego à fome, criam clima propício à atuação dos movimentos de massa e parece razoável admitir o progresso dos movimentos de índole socialista (Portugal, Inglaterra, França, Itália e, de certa forma, Peru). Mas a história contemporânea tem mostrado, igualmente, que, em muitos casos, esse clima é o primeiro tempo de uma partida que se completa em uma resposta autoritária. Assim se deu há pouco no Uruguai, assim se deu no Chile, como já havia ocorrido na Indonésia. Até por que é preciso saber distinguir abertura política de manifestação de enfraquecimento do poder, o que as elites brasileiras não souberam distinguir em 1968. Em face da crise econômica, da inviabilidade do projeto

(*) Louvamo-nos na versão do Jornal do Brasil, de 1.º de setembro de 1974.

econômico, não estará o poder autoritário necessariamente limitado à alternativa extrema de ceder o governo — por renúncia ou deposição — aos civis e à democracia. Não são poucos os exemplos de manutenção do autoritarismo como fim em si, a segurança e a estabilidade política escamoteando o impasse econômico.

A história já tem registrado o êxito de sistemas de coerção sobrepondo-se às crises internas e alcançando o imobilismo social que as ditaduras rotulam de ordem. O barão e o cutelo se tornam mais fortes que o caos econômico e a ordem aparente, a aparente sensação de segurança, amortecendo no nascedouro os reclamos populares e as aspirações das elites intelectuais, uns e outros esmagados pela repressão. O salazarismo, a propósito, foi, a um tempo, fruto, causa e fiança da crise econômica portuguesa. Se o final do túnel desembocou no 5 de abril, há que registrar os anos necessários à sua travessia, o falso silêncio, a falsa calma externa do sistema que abafava os vagidos da inquietação social o que, aliás, pode explicar a estupefação do mundo ante a deposição do sistema.

Se a necessidade de um desenvolvimento acelerado tem imposto aos subdesenvolvidos, em sua grande maioria, de par com o Planejamento — indispensável à transposição do **gap** econômico que os separa das demais nações e indispensável, tanto à construção da riqueza, quanto à sua justa distribuição — um Estado autoritário, a crise econômica internacional deverá impor a muitos desenvolvidos, além do Planejamento — indispensável no regime de escassez —, certa dose de coerção e restrições ao regime de plena liberdade, incompatível com a centralização econômica, com o intervencionismo e inconveniente, quando o Estado necessita de armar-se para enfrentar a crise social.

O futuro do Estado brasileiro não pode ser projetado senão considerando o quadro internacional.

A crise da economia ocidental deita raízes entre nós e agrava o precário equilíbrio interno. É sabido que a história não se repete, e vivemos em um outro mundo, em uma nova economia e sob um **novo** capitalismo que, armado de uma nova teoria econômica, dispõe de meios de controle e intervenção insuspeitados então, embora nada nos assegure de que os instrumentos de que se tem valido são suficientes para conjurar a crise. Mesmo assim, deve-se considerar que, ao passo em que a crise de 1929 precipitou entre nós a Revolução de 1930, o agravamento da crise internacional poderá precipitar a ruptura do pacto econômico-político vigente. A crise interna, com o inevitável caudal de tensões sociais, pode, de um lado, acelerar a retomada do processo democrático, mas de outro, pode comprometer, de forma irremediável, o projeto de descompressão gradual, do qual as eleições de novembro de 1974 podem ter sido um primeiro passo. Uma vez mais em nossa história, a viabilidade de um projeto político estará à mercê do comportamento de parâmetros da economia e a trajetória do Estado dependente, não só dos que lhe detêm as rédeas, mas, igualmente, dos que, do lado de fora do sistema,

fazem o seu caminho. Qualquer das direções, todavia, está a depender da inclinação das forças armadas.

Da análise ao papel das forças armadas nas nações em processo de desenvolvimento, é preciso retirar como imanente o caráter totalitário e conservador de sua intervenção na vida política do país. Até por que afigura-se-nos como anticientífico analisar essas intervenções em seu conjunto e assim dar-lhes rótulo e valoração comuns; cada qual tem sua história, significado e desenvolvimento próprios. Como temos sustentado, o papel das forças armadas como elemento de modernização na África e Oriente Médio, e o caráter de suas intervenções recentes em Portugal, no Peru e na Etiópia mostram uma faceta do militarismo passada despercebida pelo comum das reflexões.

O próprio 31 de março, depois de onze anos, não deve — para sua fiel compreensão — ser encarado como um fator histórico unívoco; sua dinâmica própria, refletindo, destarte, a dinâmica da sociedade brasileira como um todo, impôs-lhe, no curso dos acontecimentos, contornos e características imprevisas pela liderança dos primeiros momentos. E nessa capacidade de permanente reavaliação deve estar, certamente, sua capacidade de auto-sustentação.

Contrastando, portanto, com as projeções factíveis na primeira hora, mas refletindo coerência com a história presente, o movimento militar brasileiro tende para uma posição de nacionalismo econômico tanto mais incoercível quanto é inquestionável, em face da ação do capital estrangeiro em geral, e das multinacionais em particular, a convicção de que o capital privado nacional não possui condições com que enfrentar a ação dos trustes e dos cartéis, ação que, se não for obstaculizada, transformará este país em uma dependência das multinacionais, um novo tipo de protetorado, o econômico, a exemplo do Canadá de nossos dias.

A ação dos interesses estrangeiros só têm podido fazer face as grandes corporações estatais, a Petrobrás, Cia. Vale do Rio Doce, Eletrobrás etc. E só as grandes empresas estatais, em vista da economia de escala e dos benefícios políticos inerentes, poderão enfrentar o moloque da desnacionalização.

A exemplo do monopólio estatal do petróleo, a construção das grandes empresas estatais não se fará sem certa dose de apoio popular tanto mais certo quanto ao estatismo se seguir a manutenção do processo de reabertura política iniciado com o pleito de 15 de novembro de 1974.

A história brasileira vem mostrando a inexistência de instituições intocáveis e de processos irreversíveis. Nada, portanto, nos assegura como inevitáveis tanto o estatismo quanto a redemocratização, ainda que tênue. Essas considerações procuram refletir a análise contemporânea de nosso Estado e, a partir daí, projetar suas linhas futuras, sem ponderar, portanto, a interveniência de modificações de conjuntura internacional ou a ruptura do pacto social vigente.